

A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA AGOSTINIANA NA PERCEPÇÃO DO BEM, DA LIBERDADE E DA ÉTICA NA ENGENHARIA

THE INFLUENCE OF AUGUSTINIAN PHILOSOPHY ON THE PERCEPTION OF GOOD, FREEDOM, AND ETHICS IN ENGINEERING

Daniel Daré Luziano da Silva¹
Daniel Henrique Nardini Zitelli²
Tiago Eurico de Lacerda³

RESUMO:

Este artigo aborda a ética na engenharia sob a ótica da filosofia de Agostinho de Hipona, com foco especial no conceito do bem, da liberdade e do mal. A análise se baseia principalmente nas reflexões agostinianas sobre o livre-arbítrio e sua consequência moral, evidenciando como a escolha dos bens inferiores pode levar ao mal. Este trabalho proporciona um estudo da influência da busca incessante pelo Bem Supremo na conduta do engenheiro e sugere que o principal objetivo profissional deve ser o bem comum. Ao examinar as três possíveis fontes de "má engenharia" - apego ao ego, apego à ciência e apego aos bens materiais - argumenta-se que somente a submissão à razão e a busca da verdade podem conduzir a profissão a manter seu papel como guardião da sociedade e do bem comum. O artigo conclui que a engenharia, como qualquer profissão, pode ser desvirtuada quando se desvia da busca pelo bem supremo, assim como Agostinho entendia o mal como um afastamento do bem. Este estudo oferece uma nova perspectiva sobre o papel do engenheiro e a importância da ética na engenharia, utilizando a filosofia agostiniana como base para compreender as implicações sociais e políticas desta profissão além da tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE: Engenharia, Ética, Agostinho de Hipona, Bem Comum, Corrupção.

¹ Bacharel em Engenharia de Materiais pela UTFPR-LD. E-mail: dlsilvadaniel@hotmail.com

² Bacharel em Engenharia de Materiais pela UTFPR-LD. E-mail: daniel.hzitelli@gmail.com

³ Doutor em Filosofia e Pós-doutorando em educação pela PUC-PR. E-mail: tel.filosofia@gmail.com

ABSTRACT:

This paper discusses ethics in engineering through the lens of Augustine of Hippo's philosophy, with a special focus on the concept of good, freedom, and evil. The analysis is mainly based on Augustine's reflections on free will and its moral consequence, highlighting how choosing lesser goods can lead to evil. This work provides a study on the influence of the incessant pursuit of the Supreme Good on the engineer's conduct and suggests that the primary professional objective should be the common good. By examining the three possible sources of "bad engineering" - attachment to self, attachment to science, and attachment to material goods - it is argued that only submission to reason and the pursuit of truth can lead the profession to maintain its role as guardian of society and the common good. The paper concludes that engineering, like any profession, can be corrupted when it deviates from the pursuit of the supreme good, just as Augustine understood evil as a departure from good. This study offers a new perspective on the role of the engineer and the importance of ethics in engineering, using Augustinian philosophy as a foundation to understand the social and political implications of this profession beyond technology.

KEYWORDS: Augustine of Hippo, Engineering, Ethics in Engineering, Good and Evil, Free Will

Introdução

Este artigo se inicia com uma indagação intrigante: quais soluções aos desafios contemporâneos podem ser extraídas da obra de um autor medieval? Nos últimos dois séculos, uma explosão tecnológica transformou fundamentalmente a maneira como vivemos, trabalhamos, consumimos, nos locomovemos e nos comunicamos. Nesse processo dinâmico de evolução, a engenharia tem se posicionado como um vetor influente e inovador.

Embora a tecnologia tenha democratizado o acesso à informação – tornando-a acessível ao simples toque de um botão –, ela também ampliou a destrutividade de armas, como os mísseis. Da mesma forma, a bioengenharia, ao passo que possibilitou a erradicação de doenças por meio de vacinas, também pavimentou o caminho para a criação de armas químicas e biológicas. A engenharia, responsável pela construção de arranha-céus resistentes a terremotos, também está associada à construção do Muro de Berlim e à execução da fissão nuclear que devastou Hiroshima e Nagasaki, mas que hoje fornece energia a milhares de pessoas no mesmo Japão.

Esses exemplos destacam a dualidade moral intrínseca aos avanços tecnológicos: o potencial para promover o bem e também, paradoxalmente, para causar o que consideramos o mal. Mas isso nos leva a uma reflexão mais profunda: o que realmente constitui o mal? Os exemplos anteriores mostram que a dicotomia do bem e o do mal está muito mais presente na ciência e na tecnologia do que imagina-se. Se ainda avançamos mais no atual desenvolvimento tecnológico, reconhecemos que boa parte deste teve origem do desenvolvimento militar de guerra, em especial às duas grandes guerras do século XX e um segundo questionamento aflora: seria, então, a guerra um bem ou um mal para a humanidade?

Para o leitor já familiarizado com a natureza da obra de Santo Agostinho⁴, a direção deste texto se torna claramente perceptível. Mas, se interpretamos o mal como uma entidade existente, à semelhança dos maniqueus da era do bispo de Hipona, aí então temos uma natureza intrinsecamente dual e um mal que é inerente à mesma. Nesta perspectiva, a liberdade humana

⁴ Ele é filósofo cristão e Padre da Igreja. Padres da Igreja são os pensadores cristãos dos primeiros séculos. São os que ou tiveram contato direto com as testemunhas oculares do Filho de Deus, Jesus Cristo, ou receberam e pensaram a doutrina cristã nos primeiros séculos do Cristianismo. Grosso modo, talvez, possamos assumir que o período dos Padres da Igreja vai até o século VII. Ele é filósofo cristão e Padre da Igreja de corrente latina. Constitui-se numa das principais fontes do pensamento cristão no Ocidente (NODARI, 2011, p. 157).

é questionada, pois mesmo que o bem seja perseguido, a possibilidade do mal permanece inalterável. Assim, a construção do mal através da engenharia surge como uma realidade inescapável.

Este texto, então, se propõe a ser um exercício de hermenêutica, visando conciliar os conceitos agostinianos de bem – com especial enfoque na análise do mal moral – liberdade e ética, com a prática contemporânea da engenharia. Reconhece-se que é uma tarefa complexa abordar temas tão abrangentes e profundos da obra desse bispo católico. Em face dessa amplitude, optamos por priorizar determinados aspectos, sem a pretensão de esgotá-los, mas com o intuito de demonstrar a relevância contemporânea de sua filosofia medieval.

Agostinho e os dilemas de sua época

A trajetória de Agostinho é marcada “pela presença de grandes figuras, a começar por sua mãe, Mônica, mulher de muita fé e que teve um papel importante na conversão do filho” (LACERDA, 2018, p. 70). Ele era o primogênito de um pequeno proprietário de terras pagão, Patrício e, foi “a partir do contato com a obra *Hortênsio*, de Cícero, que Agostinho passou a ter amor a filosofia” (LACERDA, 2018, p. 38). Sobre tal obra ele expressa nas *Confissões*: “o amor da sabedoria, pelo qual aqueles estudos literários me apaixonavam tem o nome grego de filosofia” (AGOSTINHO, 2002; Conf., I, 3, 45)⁵. Cícero, indubitavelmente um dos mais proeminentes oradores do mundo antigo grego, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento intelectual de Santo Agostinho. A sofisticação e eloquência dos seus escritos fomentaram em Agostinho um profundo e ardente anseio pela sabedoria, catalisando um despertar intelectual e espiritual.

A influência de Cícero na trajetória de Agostinho não pode ser subestimada. Foi a elegância retórica e a perspicácia filosófica encontrada nos textos de Cícero que proporcionaram a Agostinho uma matriz interpretativa e um vocabulário conceitual, os quais

⁵ Sobre as citações de Santo Agostinho, além da norma padrão de citação autor/data, utilizaremos em seguida as seguintes abreviações conforme o modelo que já se convencionou para os estudos de seus escritos, a saber: o nome da obra abreviado em latim, o número do livro correspondente em algarismo romano e mais um número em algarismo arábico para apontar o número da seção do livro como se situa na obra. Exemplo: (Agostinho, 2000; De civ. Dei, Livro XV, Capítulo I). Esta forma tem o objetivo de facilitar a situação cronológica imediata e favorecer uma eventual consulta em qualquer edição ou tradução.

guiaram seu pensamento e sua busca por respostas aos questionamentos mais profundos da existência humana.

Ao engendrar em Agostinho essa avidez por sabedoria, Cícero inadvertidamente desencadeou uma jornada intelectual que levaria Agostinho a tornar-se uma das figuras mais influentes da teologia cristã. Por conseguinte, a contribuição de Cícero ao despertar filosófico de Agostinho é um testemunho vívido da importância de cultivarmos a busca incessante pelo conhecimento e pela sabedoria. E nessa busca pela sabedoria, o jovem Agostinho era “uma alma sedenta por encontrar uma resposta para os seus graves problemas morais” (COSTA, 2002, p. 100), e foi na seita do maniqueísmo⁶ que ele encontrou uma explicação puramente racional de mundo que tanto procurava. Podemos dizer que “foi o racionalismo e o materialismo pregado por essa seita que atraiu a atenção de Agostinho, voltado às questões intelectuais” (LACERDA, 2018, p. 70), mas ele se afastou do maniqueísmo quando reconheceu suas heresias em conceber o bem e o mal como substâncias separadas, misturas de elementos gnósticos, cristãos e orientais sob a base do Zoroastro.

Alcântara observa que tanto o maniqueísmo quanto as leituras dos textos platônicos despertaram o apreço de Agostinho pela sabedoria. Contudo, mesmo em meio a este mar de erudição, Agostinho notou que “faltava-lhes a simplicidade do Evangelho” (2012, p. 39). Este anseio levou-o a se aprofundar cada vez mais nas Sagradas Escrituras, em busca de uma verdade mais pura e genuína. As verdades que Agostinho havia descoberto nos textos platônicos, embora profundas e relevantes, encontravam-se também nas Escrituras, mas com um componente adicional – a graça redentora. Estes textos não apenas traziam a sabedoria, mas também faziam referências à graça, que é a expressão máxima do amor divino.

O encontro de Agostinho com essa graça redentora não foi um evento isolado, mas o resultado de uma transformação interior impulsionada pelo amor fervoroso de sua mãe. Este amor, profundamente enraizado e pessoal, serviu como catalisador para a transição de Agostinho em direção ao “verdadeiro” cristianismo. Este “verdadeiro” cristianismo, descoberto por Agostinho, não era apenas uma filosofia ou uma série de ensinamentos, mas uma experiência viva e transformadora. O encontro com a simplicidade do Evangelho despertou em

⁶ Doutrina do sacerdote persa Mani que viveu no séc. III e proclamou-se o Paracleto, aquele que devia conduzir a doutrina cristã à perfeição. O Maniqueísmo é uma mistura imaginosa de elementos gnósticos, cristãos e orientais, sobre as bases do dualismo da religião de Zoroastro. Foi muito difundido no Oriente e no Ocidente; aqui durou até o séc. VII (ABBAGNANO, 2007, p. 641).

Agostinho uma compreensão mais profunda da realidade divina, permitindo-lhe ver a presença e ação de Deus de uma maneira mais clara e direta. Esse foi um passo decisivo em sua jornada espiritual e intelectual, que eventualmente o levou a se tornar um dos maiores pensadores da Igreja primitiva.

Para os maniqueístas, há existência de duas entidades supremas a presidir o universo: Bem, que é Deus – luz imaculada que só pode ser concebido pela razão e não pelos sentidos – e o Mal, que é satanás – rei das trevas, sendo matéria. Como implicação disto, afirmavam ter o homem duas essências, cada uma presidida por um destes princípios: espírito pelo bem e o corpo pelo mal⁷. Logo, o mal moral não implica responsabilidade, uma vez que aquele que o pratica, pratica porque tem uma natureza má, ele não possui liberdade no que se refere ao mal (LEITE JUNIOR; SILVA, 2017; OLIVEIRA, 1995). De acordo com essa perspectiva maniqueísta, acredita-se que Cristo não tenha assumido a forma corpórea. Em vez disso, Ele era entendido como uma entidade espiritual luminosa, quase fantasmagórica. A raiz dessa crença repousa na concepção de que Deus não poderia assumir uma forma material, uma vez que a matéria, em sua essência, é considerada corrompida pelo mal (COSTA, 2002). Esta visão reflete a dualidade fundamental na cosmologia maniqueísta, que postula a existência de duas realidades opostas e irreconciliáveis: o bem e o mal, o espírito e a matéria.

As inconsistências dos maniqueístas, no entanto, não o preencheram, principalmente quando as comparava as teorias aos filósofos gregos que havia estudado: “as doutrinas dos filósofos pareciam-me mais provável porque se mostraram com poder de avaliar o tempo presente” (AGOSTINHO, 2020; Conf., I, 5, 3). Então, encontra nos filósofos acadêmicos – céticos – um consolo para seu fracasso na busca da verdade de que esta não poderia ser alcançada.

Não sei de que modo me fizeram admitir como provável, para não fugir da sua expressão, que o homem não pode encontrar a verdade. Isto me deixara preguiçoso e indolente e eu não ousava buscar o que homens tão inteligentes e doutos não conseguiram encontrar (AGOSTINHO, 2020; Conf., I, 5, 3).

Nessa citação, Santo Agostinho reflete sobre a influência paralisante de uma perspectiva que ele foi levado a considerar como provável: a de que a verdade é inatingível pelo homem.

⁷ Pode-se chegar ao predomínio da alma luminosa através de uma ascese particular, que consiste em três selos: abstenção de alimentar-se de carne e de manter conversas impuras (signaculum oris); abstenção da propriedade e do trabalho (signaculum nianus); abstenção do casamento e do concubinato (sig)iaculum sinus) (ABBAGNANO, 2007, p. 641).

Este posicionamento, segundo ele, gerou uma espécie de apatia e indolência, impedindo-o de buscar ativamente o conhecimento e a verdade. A declaração revela a crise intelectual e espiritual que Agostinho enfrentou em sua juventude, uma fase marcada pela incerteza e pelo ceticismo. Ele se sentiu desanimado diante da aparente inutilidade de sua busca, uma vez que a verdade parecia permanecer inacessível, mesmo para os mais inteligentes e eruditos.

A ideia de que a verdade era inalcançável, algo que os “homens tão inteligentes e doutos” não conseguiram encontrar, desencadeou uma espécie de inércia intelectual em Agostinho. Isso sugere a influência da filosofia cética, que promovia a ideia de que a verdade absoluta é inalcançável. No entanto, é importante notar que a jornada de Agostinho não termina com essa crise de ceticismo. Eventualmente, ele supera esse estado de inércia e incerteza, embarcando em uma busca pela verdade que o levaria a se tornar uma das figuras mais influentes da filosofia e teologia cristãs. A citação, portanto, destaca um momento crucial na jornada de Agostinho, marcando o início de sua transformação de um cético desiludido em um buscador ardente da verdade.

O ponto fundamental da busca de Agostinho é seu encontro com a filosofia neoplatônica e com outro orador, o Bispo Ambrósio de Milão, a partir dos quais ele vai encontrar a verdade que perseguia na fé que renegava. Ambrósio, segundo Costa, “exercia grande poder espiritual e pronunciava sermões eruditos revestidos de teor neoplatônico, elaborados segundo a melhor tradição ciceroniana” (2002, p. 138), ou seja, detinha de todos os recursos para alcançar coração irrequieto de Agostinho. Se a priori, ele foi à Ambrósio por curiosidade e não por fé, relata que “ao abrir o coração para receber as palavras eloquentes, entrava também de mistura, pouco a pouco, o que de verdadeiro [Ambrósio] pregava” (AGOSTINHO, 2002; Conf., V, 14). Foi então que ele aprendeu que Deus é espírito puro, que a alma é incorpórea e que a vontade humana é livre.

De suas leituras das ciências gregas, e, principalmente, neoplatônicas, retirou elementos que serão muito fortes na sua filosofia e que lhe renderam bases para renegar de vez o maniqueísmo e o ceticismo. “O resto de seus dias ele permanecerá neoplatônico, mas ele transformará o neoplatonismo e o subordinará à fé cristã. Agostinho é um cristão neoplatônico e não o inverso” (ALCÂNTARA, 2012, p. 86). Jolivet (1932) afirma que Agostinho já era convertido ao cristianismo antes mesmo do contato com o conhecimento neoplatônico, servindo-se dele como propedêutico para ir mais além.

Após anos em busca da verdade, Agostinho vai encontrá-la na fé católica que já tivera contato com sua mãe e seus ensinamentos. São os ensinamentos de Mônica que imprimem no coração dele a necessidade de Cristo como salvação. Agostinho talvez seja um dos mais importantes escritores católicos, pois sua filosofia em muito esteve ligada com o escopo de unir a fé à razão, vendo a razão como “condição primeira da própria possibilidade da fé. De todos os seres criados, o homem é o único que pode crer, porque foi o único dotado de razão” (GILSON, 2010, p. 64).

Essa combinação única de fé e razão, característica do pensamento de Agostinho, permitiu uma compreensão mais profunda da natureza de Deus e do homem. Ele reconheceu que a razão humana, embora imperfeita, é um dom divino e uma ferramenta essencial para a exploração e compreensão da fé. Ao fazer isso, Agostinho não apenas reconciliou os domínios aparentemente divergentes da fé e da razão, mas também forneceu uma base sólida para o desenvolvimento futuro da filosofia e teologia cristã. Portanto, a jornada de Agostinho em busca da verdade, refletida em sua conversão ao catolicismo e em seu legado intelectual, é uma testemunha eloquente do poder da fé e da razão unidas na busca pela compreensão divina.

O *Summum Bonum* e a inexistência do mal

No tratado *O Livre-Arbítrio*, Agostinho estabelece uma prova para a existência de uma realidade transcendente – algo que é imutável, necessário e eterno, superior à mente humana. Segundo ele, essa realidade abrangente é a própria verdade (PEREIRA JUNIOR, 2012). A construção de Agostinho para esta prova é meticulosamente ascensional, partindo da mente humana e subindo gradualmente até chegar à verdade suprema. A argumentação agostiniana para a existência de Deus se baseia na prova da existência de uma verdade absoluta. Ele postula que existe no homem algo que o excede, algo que vai além da mera existência humana. Isso, por si só, sugere que deve existir uma entidade transcendental, e essa entidade não pode ser o homem, pois o homem é limitado.

Essa linha de raciocínio, no entanto, nos leva a um paradoxo. Enquanto buscamos compreender Deus, encontramos o limite de nossa capacidade de compreensão. Como Gilson coloca: “enquanto compreendemos, ainda não é de Deus que se trata, porque ele é inefável, e dizemos mais facilmente o que ele não é do que ele é” (2013, p. 145). Esse paradoxo ilustra a

tensão fundamental na filosofia de Agostinho entre o conhecimento humano e o divino, entre o finito e o infinito. Nossa busca pela verdade nos leva a uma realidade que é tão além de nossa compreensão que não podemos expressá-la adequadamente em palavras. Nós, como seres humanos, só podemos apontar para Deus, reconhecendo nossa incapacidade de compreender plenamente Sua essência.

Portanto, o conceito de verdade em Agostinho não é apenas um aspecto teórico de sua filosofia, mas também uma força orientadora que leva à busca por uma compreensão mais profunda de Deus e do homem. Ainda que essa busca possa parecer paradoxal, é precisamente esse paradoxo que nos instiga a continuar a busca pela verdade, levando-nos a uma compreensão cada vez maior de nossa própria natureza e da natureza de Deus. Ele é o único Ser puro que não precisa da existência de nada antes de si (“Eu sou aquele que sou” – Ex. 3,14; BÍBLIA, 1990, p. 72), as criaturas, ao contrário existem por ele e, por isso, não são Ser em sua plenitude, se o fossem não seriam mais criaturas, pois seriam idênticas a ele mesmo. Santo Agostinho afirma categoricamente a onibenevolência,

Supremo Bem, acima do qual nada existe, é Deus; por isso é um Bem Imutável e também verdadeiramente eterno e imortal. Todos os outros bens têm nele a sua origem, mas não participam dele. O que é da sua natureza é ele mesmo; as coisas que foram criadas têm nele a sua origem, mas não são o que ele é⁸.

Onibenevolência é um termo que denota uma bondade ou benevolência universal e infinita, frequentemente atribuída à natureza de Deus na teologia cristã. De acordo com o raciocínio de Santo Agostinho, como foi traçado até agora, a onibenevolência de Deus pode ser vista como intrinsecamente ligada à Sua natureza como a Verdade suprema. Deus, como a fonte de toda verdade, é também a origem de toda a bondade. Agostinho identifica a bondade de Deus não apenas como um aspecto de Sua natureza, mas também como um princípio ativo no mundo. Por meio de Sua onibenevolência, Deus busca trazer todos os seres à plenitude de seu ser, orientando-os para a Verdade. Nesse sentido, a onibenevolência de Deus é refletida na estrutura do mundo e na orientação moral da humanidade. Apesar dos paradoxos e tensões inerentes à tentativa de compreender a natureza divina, a concepção de Deus como onibenevolente oferece a Santo Agostinho uma maneira de reconciliar a existência do mal e do sofrimento com a presença de um Deus amoroso e benevolente.

⁸ Santo Agostinho (1992; Da Nat. Boni, 1)

Assim, o mal não pode existir como essência, uma vez que tudo que é criado participa da natureza do criador. Se tudo o que existe é bom, segue que o que está destituído de bondade está desprovido de existência (AGOSTINHO, 2002; Conf. VII,XII, 18). Se Deus é bom, não pode ele ter criado o mal, portanto, o mal se apresenta como uma subversão do bem, uma corrupção da essência da natureza da criação. “Inclusive coisas corrompidas são boas, pois se não houvesse nada de bom nelas, não haveria nada aí que pudesse corromper-se. Se fosse possível tirar das coisas toda bondade, elas não mais existiriam” (EVANS, 1995, p. 61).

Assim, na própria essência das criaturas há uma necessidade de mudança, de ascensão ao bem supremo, que é a origem metafísica da mutabilidade destas. Contudo, verifica-se também nelas uma gradação de valores ou perfeições, motivo pelo qual o homem é o

único ser que possui razão ou inteligência, que o torna conhecedor da “ordem divina”, e, por conta disso, pode escolher livremente (livre-arbítrio) entre segui-la, contribuindo, assim, para a reta ordem, ou desrespeitá-la, gerando a desordem o pecado ou o mal (COSTA, 2002, p. 283).

Agostinho pauta a felicidade humana na busca pela Verdade e, conseqüente, busca a posse de um bem eterno como plenitude espiritual. Nada menos que uma criatura buscando incessantemente seu criador por meio do autoconhecimento, “não saias fora de ti, volta-te a ti mesmo; a verdade habita no homem interior, e, ao dar-te conta de que tua natureza é mutável, transcende a ti mesmo... Busca, então, chegar lá onde a própria lâmpada da razão recebe luz” (AGOSTINHO, 2014; De vera Rel., 72). Em contrapartida, o mal moral se coloca como a inversão da ordem hierárquica, em que o homem tende sua vontade aos bens criados e finitos, os quais deveriam ser amados somente na medida em que pudessem conduzi-lo à Deus, predilecionando bens inferiores à bens superiores, “é uma inversão de valores, em que se substituem os fins pelos meios e os meios pelos fins” (COUTINHO, 2010, p. 127).

O mal é criação de uma criatura, nascida do abuso da vontade, por parte do homem e dos anjos decaídos. Não passa de mera mordida de mosquito e não é doença horrível que deforme o universo [...]. É uma explicação pautada no otimismo. A confiança de Agostinho cresceu ao ver claramente as implicações da ideia de que o mal procede só da vontade. Parou de sentir a profunda ansiedade que padecia, quando acreditava que o mal era algo que ameaçava ou limitava a Deus. Sem subestimar, sequer por um momento, o dano que o mal pode causar na alma humana individual, viu o mal diminuir de peso aos seus olhos (EVANS, 1995, p. 13).

Baseado na citação de Evans (1995, p. 13), podemos interpretar que a visão de Agostinho sobre a natureza do mal passou por uma transformação significativa. No início, o mal parecia a ele uma força ameaçadora, uma doença que deformava o universo, capaz de limitar ou ameaçar a própria existência de Deus. No entanto, ao reconhecer que o mal é resultado de um mau uso da vontade, por parte do homem e dos anjos decaídos, sua perspectiva mudou dramaticamente. O mal, segundo Agostinho, não é uma força externa, mas uma criação interna, resultado de nossas próprias decisões e ações equivocadas.

Esse entendimento trouxe uma nova luz à sua visão de mundo, substituindo a angústia anterior por uma nova confiança. O mal já não era mais uma entidade poderosa que ameaçava o universo, mas algo comparável a uma “mera mordida de mosquito”. Mesmo reconhecendo o profundo dano que o mal pode causar à alma humana individual, Agostinho viu seu peso e importância diminuírem à luz dessa nova compreensão. Isso demonstra o poder da perspectiva e do entendimento na nossa interpretação da realidade, oferecendo a Agostinho uma visão otimista baseada na ideia de que o mal não é um aspecto inerente da existência, mas um produto de nossas ações e decisões. Neste sentido, Agostinho vê o mal não como uma força poderosa que ameaça a existência de Deus, mas como um sinal de nossa própria liberdade e responsabilidade moral.

A liberdade enquanto definidora da natureza do homem

Agostinho reconhece o homem como superior na escala de perfeição das criaturas, quando este é o único dotado da razão, pois a razão é o que permite ao homem comprovar sua própria existência. Mostra Agostinho:

Razão: Tu que queres conhecer-te a ti mesmo, sabes que existes?

Agostinho: Sei.

Razão: De onde sabes? Agostinho: Não sei. Razão: Sabes que te moves?

Agostinho: Não sei.

Razão: Sabes que te pensas?

Agostinho: Sim Razão: Portanto, é verdade que pensas?

Agostinho: Sim.

Razão: Tu queres existir; viver e entender, mas existir para viver e viver para entender. Portanto, sabes que existes, sabes que vives, sabes que entendes (AGOSTINHO, 1998; Sol., II, 1, 1).

O conhecimento sensível também é encontrado nos animais, mas o inteligível é o que torna o homem diferente deles e, mais que isso, o homem sabe que o conhece (CAMPOS, 2023). Ao refletir sobre a razão humana Agostinho reconhece que essa por ser superior não pode ser dominada pelas paixões, que são inferiores (AGOSTINHO, 1995; lib. Arb, I, 10,20), nem tampouco pelo Ser, pois este é justo (AGOSTINHO, 1995; lib. Arb, I, 11a,21b), portanto, a única condição em que a razão se submete às paixões é dada pela própria vontade humana, a isto, chama ele, livre-arbítrio.

A filosofia de Santo Agostinho apresenta uma concepção profunda e complexa sobre a natureza do livre-arbítrio. Para ele, o livre-arbítrio é inegavelmente uma realidade, mas a mesma liberdade que permite ao homem fazer escolhas também abre a possibilidade para a emergência do mal. Isso ocorre quando o homem, exercendo seu livre-arbítrio, opta por bens de natureza inferior, negligenciando o bem supremo que é Deus. Esta escolha distorcida é, segundo Agostinho, a origem do mal.

No entanto, é crucial entender que esta interpretação não indica que Deus seja a causa do mal. Pelo contrário, o mal surge precisamente de uma escolha equivocada feita pela livre vontade do homem, que é, em si, um dom de Deus. Nesse sentido, Deus concede ao homem a liberdade de escolher, mas o uso indevido dessa liberdade é o que leva à criação do mal. Deus é, assim, a fonte do livre-arbítrio, uma capacidade inerentemente boa, mas a responsabilidade pelo mal recai sobre aqueles que escolhem mal ao exercer essa liberdade. Este é um dos aspectos cruciais da filosofia de Agostinho: a liberdade enquanto definidora da natureza humana, simultaneamente concedendo ao homem o poder da autodeterminação e a responsabilidade por suas escolhas. Segundo Agostinho:

entre os bens corpóreos, encontram-se no homem alguns de que ele pode abusar, sem que por isso digamos que esses bens não lhe deveriam ter sido dados, pois reconhecemos serem eles bens, que há de espantoso que existam no espírito também abusos de alguns bens, mas que, por serem bens, não pudessem ter sido dados por aquele de quem procede todo bem? (AGOSTINHO, 1995; Conf. III, 17,49).

A possibilidade de fazer o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas o poder de não o fazer é a marca da liberdade, este é o grande trunfo de Agostinho sobre o pensamento maniqueu: o mal é uma escolha e não uma condição.

Fonte de toda ciência, a razão conhece a si mesma; conservadora de todas as lembranças, a memória lembra-se de si mesma; mestra de todas as coisas de que dispõe livremente, a vontade livre é igualmente mestra de si mesma. Logo, dela, e só dela, depende o mau uso do bem. Por outro lado, a possibilidade desse mau uso seria necessariamente a condição do bom, e da felicidade que esse bom uso implica (GILSON, 2010, p. 277).

A citação de Gilson (2010, p. 277) encapsula perfeitamente a visão agostiniana da liberdade humana. O filósofo Santo Agostinho atribui à vontade livre um papel central na definição da natureza humana. Essa vontade, com sua capacidade inerente de autodeterminação, é a mestra de si mesma, detentora da liberdade de escolher. Como tal, a vontade livre é a única responsável pelo mau uso do bem.

Contudo, é importante ressaltar que, para Agostinho, a possibilidade desse mau uso é inerente à liberdade de escolha – é a condição necessária para a realização do bem. Sem a possibilidade de escolha errada, a escolha certa perderia seu significado. O ato de escolher corretamente, de fazer bom uso do livre-arbítrio, é o que possibilita a felicidade. O mal surge como uma consequência não intencional, mas intrínseca, do livre-arbítrio concedido aos seres humanos.

Este ponto de vista ilustra a dupla natureza da liberdade humana, ao mesmo tempo capacitadora e potencialmente perigosa. A liberdade enquanto definidora da natureza humana, portanto, é uma espada de dois gumes: ela possibilita tanto a realização pessoal e a felicidade, quanto a transgressão e o mal. Este é o paradoxo central do livre-arbítrio em Agostinho: a liberdade é, simultaneamente, a fonte do bem e a causa do mal. Nessa visão, a responsabilidade pelo mau uso da liberdade recai inteiramente sobre o indivíduo, enfatizando a necessidade de uma escolha consciente e ética para o bem.

Uma ética para engenharia

Santo Agostinho inaugurou o pensamento segundo o qual a busca pelo bem consiste no fim último da felicidade humana e a dissuasão do bem supremo é o geratriz do mal na humanidade. Esta aspiração pelo bem superior é regida pela vontade, que encontra na liberdade humana sua possibilidade de escolha. O bispo de Hipona, estabelece, então, princípios de uma ética deontológica (CAPITANIO et al, 2012, p. 140)⁹ na Igreja Católica primitiva, em que o agir eticamente consiste no uso consciente da criação, a fim de alcançar a Deus¹⁰.

Deus criou o homem com a ordenação natural de viver em nome da sua razão para com ela buscá-lo. Esta ordem natural é invertida quando o homem, concebido como ser livre, submete sua razão em nome de uma vida material e meramente animal, esquecendo-se de sua origem divina. Pois o uso da razão é o uso da propriedade específica do homem que o distingue dos animais e o eleva à categoria de criatura divina, acima das demais criaturas. A ordem natural do homem não é a negação do mundo, mas uma vida submetendo os bens materiais para servir a razão nesse processo de agir, pensar, refletir, procurar Deus (SOUZA, 2018, p. 113).

Antes de mergulharmos na discussão sobre como a submissão aos bens materiais, ao invés de sua utilização como ferramentas, tem, de certa forma, corrompido a engenharia, é essencial estabelecer uma definição clara do que entendemos por engenharia. De acordo com Cocian, a engenharia é a “arte profissional da aplicação da ciência, da experiência, do julgamento e do senso comum para a conversão dos recursos naturais em benefícios da humanidade” (2009, p. 70). Portanto, a engenharia não se restringe apenas à aplicação técnica do conhecimento científico; ela envolve um conjunto de competências mais sofisticadas que incluem a resolução de problemas complexos, a necessidade de perspicácia e habilidade decisória e a capacidade de adaptar conhecimentos técnicos a propósitos práticos.

Esse entendimento sugere que a engenharia, em sua essência, é algo voltado para a realização do bem, no sentido de beneficiar a humanidade através da transformação dos

⁹ O termo Deontologia é fruto da união das palavras gregas “déon, déontos” que quer dizer dever e “lógos” que significa discurso ou tratado. Deontologia é um ramo da filosofia moral que compreender a ciência do dever e da obrigação. Trata-se de uma teoria sobre as escolhas dos indivíduos. Tais escolhas estão sujeitas a julgamento moral que determina como se deve agir a fim de alcançar a plena probidade de conduta (CAPITANIO et al, 2012, p. 140).

¹⁰ Por “Deus” deste ponto em diante no texto, entenda-se “Sumo Bem”, “Verdade necessária, imutável e eterna” ou ainda a “Sabedoria”. É impossível dissociar a filosofia de Agostinho de sua teologia, entretanto, o texto traz caminhos para se entender o agir moral a partir das reflexões de Bem, Liberdade e Ética agostiniana.

recursos naturais. No entanto, a corrupção da engenharia ocorre quando o foco muda da aplicação benéfica dos bens materiais para a submissão a eles, ou seja, quando o materialismo e o consumismo se tornam os principais motores da prática da engenharia, em detrimento da sua finalidade original de servir ao bem comum.

Três são os principais elementos essenciais da engenharia: conhecimento científico, uso de recursos e o benefício da humanidade (COCIAN, 2012). O engenheiro usa-se do conhecimento científico como elemento chave na aplicação de sua função, mas não tem obrigação com a sua produção; lança mão de recursos naturais (sejam eles materiais ou humanos), com o objetivo de maximizar suas potencialidades na inúmeras áreas de engenharia, no entanto, muitas vezes sem a devida preocupação com as consequência que implicam tais ações, cita-se a poluição, o desmatamento, o aquecimento global, as doenças do trabalho, entre outros; por fim, a engenharia busca o benefício da humanidade, segundo Cocian, “a sociedade criou a engenharia para servi-la” (2012, p. 2).

Em verdade, o limítrofe da ética de “engenheirar”¹¹ encontra-se exatamente no terceiro princípio: a que tipo de sociedade serve o engenheiro? Esta delimitação social implica a importância que a filosofia de Agostinho assume neste sentido, diferenciando leis temporais de leis eternas. Agostinho usa no capítulo 6 do Livro I de Livre-Arbítrio a metáfora do povo justo e depois injusto para levar Evódio¹² a entender a mutabilidade das leis temporais (AGOSTINHO, 1995; lib. Arb. I, 6). Aquele povo, que é guardião diligente da utilidade pública, buscando o interesse comum sobre o particular, ganha por lei direito de eleger seus representantes, entretanto quando o mesmo povo passa a vender seu sufrágio caberia tirar-lhe o poder de escolher seus representantes, pois para este o interesse particular sobreveio ao público. Assim, se esta lei é mutável é porque existe uma lei eterna e imutável, para Agostinho é a Razão Suprema de tudo. A lei temporal existe enquanto bem relativo. Segundo Agostinho,

¹¹ Neologismo que expressa a arte de fazer engenharia, muito mais que no caráter de profissão, mas no sentido puro de colocar um conhecimento técnico para se resolver um problema prático da sociedade. Segundo Cocian (2012, p. 11) “derivada do latim, a palavra *ingenium* significava a capacidade inventiva de alterar a forma natural das coisas para lhes dar uma utilidade prática”.

¹² A obra [O livre-arbítrio], em forma dialogada, é em grande parte o relato das conversas de Agostinho com Evódio, seu amigo e conterrâneo. Era este já homem formado, quando conheceu Agostinho. Fora a princípio militar, tendo depois se dedicado às Letras. Convertido em Milão, recebeu o batismo pouco antes de Agostinho. Ficou a seu lado, após a morte de Mônica, em Roma, e em seguida foi para Tagaste, participar da primeira comunidade de monges. Mais tarde, em 396, tornou-se bispo de Upsala, perto Utica, na África proconsular. (OLIVEIRA, 1995)

“então, para exprimir em poucas palavras, o quanto possível, a noção impressa em nosso espírito dessa lei eterna, direi que ela é aquela lei em virtude da qual é justo que todas as coisas estejam perfeitamente ordenadas (1995; liv. Arb. I, 6, 15).

A concepção agostiniana de ordenação compreende a necessidade de subordinação das paixões à razão, um preceito que se estende também ao campo da engenharia. Como aponta Gilson, “o homem conhece a regra; a questão é se ele a quer” (2010, p. 252). Isso significa que a ordem imposta por Deus à natureza é reconhecida, cabendo ao homem a decisão de incorporá-la ou não em suas ações. Esta perspectiva atribui um papel central à escolha – e por escolha, entende-se vontade – na prática da engenharia. Com efeito, a isenção de culpa na engenharia não existe, pois o ato de escolher é intrínseco à profissão, seja na decisão de servir ao bem comum ou de buscar objetivos egoístas.

Portanto, o curso da engenharia é largamente definido pela política de decisão do engenheiro, isto é, por suas escolhas e vontades. Esta prerrogativa de escolha está enraizada na possibilidade de alcançar uma vida feliz, a qual Agostinho associa à posse da sabedoria. Assim, a prática virtuosa da engenharia requer a escolha consciente de aderir à ordem natural estabelecida por Deus, subordinando as paixões à razão, e orientando suas ações em direção à sabedoria e ao bem comum. Se entendemos que o agir moral consiste em superar pela razão as leis temporais injustas, de fato, a engenharia se mostra como o bem que é para a sociedade e como se manifesta seu objetivo de voltar-se para o “o bem-estar e o desenvolvimento do homem, em seu ambiente e em suas diversas dimensões: como indivíduo, família, comunidade, sociedade, nação e humanidade; nas suas raízes históricas, nas gerações atual e futura” (BRASIL, 2019, p. 29).

Se reconhecemos o bem-estar do homem como sua ascensão à felicidade, tem-se um guia que encaminha o agir bem no ofício da profissão: a submissão dos bens e não aos bens. Quando o mal moral atinge o homem, este renega o bem e enche-se do orgulho, que o filósofo reconhece como o pecado original. Consiste do homem cheio de si mesmo, fazendo de si um Deus para si, implicando graves consequências para a própria sociedade, uma vez que perverte a ordem natural. O homem cria uma máscara com o próprio orgulho – tornar-se o ser mais relevante do universo.

A história da humanidade, repleta de episódios onde a renúncia à verdade e a obsessão pelo egocentrismo ultrapassaram todas as fronteiras da crueldade e da injustiça, dispensa a

necessidade de inúmeros exemplos para ilustrar a ideia de que o bem intrínseco ao ser humano pode ser corrompido até o ponto de nivelá-lo aos animais em comportamento. Tal conduta é retratada no primeiro livro da Bíblia cristã (1990), no capítulo 4, versículo 9 do Gênesis, na reação de Abel após assassinar seu irmão: “Então Javé perguntou a Caim: Onde está o seu irmão Abel? E ele respondeu: Não sei. Por acaso sou eu o guarda do meu irmão?”. Esta expressão reflete o homem consumido pelo mal, que já não tem consideração pelo próximo e já não valoriza o bem comum, passando a perceber as outras criaturas como submissas a ele. A mesma postura é evidenciada pelo Caim contemporâneo, que replica: “Que tenho eu a ver com isso? Por acaso, sou guarda dos outros?”.

O engenheiro, em sua trajetória, pode cair em outras duas armadilhas morais que levam ao mal moral, além do desejo por si mesmo: a fixação na ciência e a obsessão por bens materiais. Por um lado, cria-se uma ilusão na qual uma verdade parcial é considerada como totalidade, o que pode distorcer a visão de realidade e a tomada de decisões. O apego excessivo aos bens materiais. Por outro lado, pode levar ao erro de tornar esses bens finitos e transitórios o centro da existência humana, obscurecendo o entendimento de valores mais profundos e duradouros. Ambas as situações representam desafios morais e éticos que devem ser enfrentados com discernimento para evitar consequências adversas.

Na filosofia agostiniana, inspirada nas concepções platônicas do Bem, Deus é retratado como a fonte de luz espiritual que torna as ciências compreensíveis ao pensamento humano. A verdade eterna só pode ser alcançada pela iluminação divina, isto é, pela recepção de tal verdade em nossos corações e mentes. Assim, a ciência, na visão de Agostinho, é uma busca que não pode ser resolvida somente em si mesma, mas deve ser orientada para essa verdade imutável, a qual transcende nossa compreensão finita e muda.

Nessa jornada iluminadora, os mistérios da natureza são reconhecidos como verdades porque elas existem primeiramente no Supremo Bem. No entanto, é paradoxal como a busca pela verdade pode ser pervertida em mal. Nesse contexto, a filosofia agostiniana ressalta a importância de reconhecer quando um meio – a busca pela verdade – se torna um fim em si mesmo, ultrapassando os limites necessários e adentrando no território do mal.

Gilson reflete que “a malícia do ato nunca tange ao que seu objeto tem de bom, mas à perversão do nosso amor por esse bem; nosso desvio, nesse caso, não é amar bem, mas violar a ordem ao não preferir o melhor” (2010, p. 260). Agostinho complementa esta noção de uso

da ciência e dos bens materiais “devemos gozar unicamente das coisas que são bens imutáveis e eternos. Das outras coisas devemos usar para poder conseguir o gozo daquelas” (De doc. christ. I, 22, 20). Somente ao reconhecer esta linha tênue entre o uso correto do ato de “engenheirar” é que o engenheiro pode cumprir seu dever de guardar o bem da sociedade.

O artigo 8º do código de ética da engenharia coloca como primeiro princípio ético: do objetivo da profissão e relata que “a profissão é bem social da humanidade e o profissional é o agente capaz de exercê-la, tendo como objetivos maiores a preservação e o desenvolvimento harmônico do ser humano, de seu ambiente e de seus valores” (BRASIL, 2019, p. 29).

Nesse sentido, responde-se as indagações que foram levantadas no início deste texto, não pode existir uma engenharia do mal, porque a engenharia é bem da sociedade. A perversão da engenharia, seu afastamento do ordenamento de ser guarda do desenvolvimento humano é a causa do que reconhecemos por mal na sua ação. O artigo 9º do mesmo código vai ainda mais longe quando estabelece como dever do profissional “contribuir para a preservação da incolumidade pública” (BRASIL, p. 42). Ora, não se coloca a raposa a cuidar das galinhas, do mesmo modo que não se coloca a engenharia a cuidar da sociedade se existisse a possibilidade dessa ser má.

Este raciocínio justifica porque a maioria das tecnologias que utilizamos no século XXI foram resultados de pesquisa de guerra, pois o uso da engenharia se compara ao uso do próprio livre-arbítrio, quando usado longe do bem é o causador do mal. Agostinho ainda reflete que o bem superior mesmo corrompido pelo mal ainda é bem, pois se não o fosse não existiria, de mesmo modo que o mal da engenharia se torna bem quando purificado de suas más inclinações.

Portanto, qualquer que seja o progresso técnico e econômico, não haverá no mundo justiça nem paz, enquanto os homens não tornarem a sentir a dignidade de criaturas e de filhos de Deus, primeira e última razão de ser de toda a criação. O homem, separado de Deus, torna-se desumano consigo mesmo e com os seus semelhantes, porque as relações bem ordenadas entre homens pressupõem relações bem ordenadas da consciência pessoal com Deus, fonte de verdade (JOÃO XXIII, 1961, 25).

Independentemente do progresso técnico e econômico, a verdadeira justiça e paz no mundo permanecem inatingíveis até que reconheçamos nossa própria dignidade como seres humanos e a responsabilidade que temos para com o bem-estar comum. Sem essa compreensão,

corremos o risco de nos desumanizarmos, degradando nossas relações com os outros e conosco mesmos. Isso ocorre porque as relações harmoniosas entre os indivíduos pressupõem um senso de respeito e consideração mútuos, que se fundamenta na percepção de nós mesmos como agentes de mudança capazes de promover o bem. Ressaltamos então a necessidade de cultivarmos essa consciência de nós mesmos e da nossa capacidade de impactar o mundo ao nosso redor de forma positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto propôs uma revisão dos dilemas éticos da engenharia através da filosofia de Agostinho de Hipona. Marcada por uma busca incansável pela verdade e uma profunda reflexão sobre a natureza do mal, a vida e a obra de Agostinho servem como um prisma iluminador para a análise das complexidades éticas inerentes à prática da engenharia. Nascido de uma trajetória filosófica diversificada, que inclui, Maniqueísmo, Ceticismo e Neoplatonismo, Agostinho encontrou respostas para seus principais dilemas na fé católica aos 33 anos. Essas correntes de pensamento influenciaram profundamente sua obra, seja por meio da incorporação de seus princípios ou pela refutação das suas premissas. Em suas variadas obras, Agostinho sempre deixava evidências de sua perspectiva filosófica, mesmo em textos com intenções diferentes (GILSON, 2013, p. 142).

Agostinho encontra a solução para a dualidade entre a busca pela verdade e a natureza do mal na existência de Deus. Ele argumenta que a existência de uma verdade imutável, necessária e eterna prova a existência de Deus. Além disso, ao reconhecer Deus como o Ser, Agostinho resolve o trilema de Epicuro ao retratar o mal não como um não-ser, mas como a ausência do Ser. Com isso, ele retira Deus do domínio do mal, já que o mal não é criado por Deus, mas surge como uma degradação do Bem, possibilitada pelo livre-arbítrio humano. Portanto, o mal não possui uma existência essencial.

Ao aplicar as ideias de Agostinho à engenharia, este texto promoveu uma atualização das reflexões do filósofo medieval em relação aos desafios contemporâneos. Através dessa lente filosófica, reinterpretemos a noção de culpa na engenharia. Argumentamos que a responsabilidade do engenheiro é escolher conduzir suas ações profissionais com o objetivo

de promover o bem comum. Esse objetivo é alcançado através da busca incessante pelo Sumo Bem, que leva à felicidade. Esta perspectiva requer uma política de decisão consciente para a prática da engenharia, que deve se orientar pela Razão Suprema na escolha de servir à comunidade.

A vida, de acordo com Agostinho, é uma tentação constante da ciência, da riqueza, do prazer, da beleza e dos bens naturais. Esses convidam a depositar neles a confiança e a esperança, o que pode levar ao mal, pois inverte a ordem natural e desfigura a essência da criação, que é o bem. Dessa forma, identificamos três possíveis armadilhas na engenharia: o apego a si mesmo, o apego à ciência e o apego aos bens materiais. A conclusão é que somente a submissão à razão e a busca pela verdade podem guiar a profissão para continuar a servir a sociedade e o bem comum.

Por fim, argumentamos que assim como o mal, uma “má engenharia” não existe. A história da humanidade é a história da engenharia e das soluções que ela trouxe para os problemas da sociedade. No entanto, a engenharia, como qualquer outro bem, pode ser corrompida ao se desviar da busca do bem. Com a reinterpretação da filosofia agostiniana, este ensaio fornece uma base para entender a importância política e social do papel do engenheiro, cujas implicações vão além da mera tecnologia.

REFERÊNCIAS:

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. de A. Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1014 p.
- AGOSTINHO, Santo. A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulinas, 1991.
- AGOSTINHO, Santo. A Cidade de Deus: contra os pagãos. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2010. v. 2.
- AGOSTINHO, Santo. A natureza do bem. São Paulo: Fundação Eng. Antônio de Almeida, 1992.
- AGOSTINHO, Santo. A verdadeira religião: O cuidado dos mortos. São Paulo: Paulus, 2014.
- AGOSTINHO, Santo. Confissões. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2002. 367 p.
- AGOSTINHO, Santo. Contra os Acadêmicos. Trad. de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008.

AGOSTINHO, Santo. O livre-arbítrio. Trad. de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo. Solóquios: A vida feliz. São Paulo: Paulus, 1998.

ALCÂNTARA, Antonio Carlos Kondracki de. O processo de conversão a Deus pela via racional e mística. 2012. 132 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BRASIL. Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. 11. ed. Brasília: CONFEA, 2019. 94 p.

CAMPOS, Sávio Laet de Barros. O Cogito em Agostinho. In: *Filosofante*. Disponível em: http://filosofante.org/filosofante/not_arquivos/pdf/Cogito_Agostinho.pdf. Acesso em 17 jul. 2023.

CAPITANIO, Caryne Abbade et al. Ética e moral em santo agostinho: uma análise da deontologia agostiniana com fulcro em três célebres obras do autor - confissões, livre-arbítrio e cidade de Deus. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.124-143, 2012.

COCIAN, Luis Fernando Espinosa. Descobrimo a engenharia: a profissão. Canoas: ULBRA, 2009. 517 p.

COCIAN, Luis Fernando Espinosa. Introdução à engenharia. Porto Alegre: Bookman, 2017. 286 p.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 429 p.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho. *In.: Argumentos*, Fortaleza, v. 2, n. 3, p.124-131, 2010.

EVANS, G. R. Agostinho sobre o mal. São Paulo: Paulus, 1995. 270 p.

GILSON, Étienne. A filosofia na Idade Média. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2013. 943 p.

GILSON, Étienne. Introdução ao estudo de Santo Agostinho. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2010. 542 p.

JOÃO XXIII, papa. Mater et Magistra. *In.: VATICAN*. 15 de maio de 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em 17 jul. 2023.

JOLIVET, Régis. San Agustín y el neoplatonismo cristiano. Trad. de G. Blanco et al. Buenos Aires: Ediciones C.E.P.A, 1932. 219 p.

LACERDA, Tiago. Deus como problema filosófico na Idade Média. Curitiba: Intersaberes, 2018.

LEITE JUNIOR, Pedro Gilberto da Silva; SILVA, Lucas Duarte da (Org.). Santo Agostinho: Reflexões e Estudos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 359 p.

NODARI, Paulo César. A busca de Deus nos solilóquios de agostinho. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p.150-168, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, Nair de Assim. Introdução e Notas. In.: AGOSTINHO, Santo. O livre-arbítrio. São Paulo: Paulus, 1995.

PEREIRA JUNIOR, Antonio. Agostinho e o ceticismo: um estudo da crítica agostiniana ao ceticismo em *Contra Acadêmicos*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) do Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFIL) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), p. 166, 2012.

SOUZA, Lucas da Conceição. O problema do mal em o *Livre-arbítrio* de Agostinho de Hipona. In.: Revista Pandora Brasil. Edição 92, março de 2018. Disponível em: https://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/gostos_discutíveis_92/9.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

Recebido em: **17 jul. 2023**

Aprovado em: **20 dez. 2023**